



Comissão Mista de Reavaliação de Informações

148ª Reunião Ordinária

Decisão CMRI nº 437/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 60143.000249-2025-89

Órgão: CEX - COMANDO DO EXÉRCITO

Requerente: A.F.S.

Resumo do Pedido

A requerente solicitou ao Comando do Exército o inteiro teor da ficha funcional do militar G.G.R. destacando a necessidade do documento original e argumentando que a extração de informações sem identificação da parte omitida viola os arts. 28, 31, §1º e §4º, e 11, §1º e §4º da Lei de Acesso à Informação (LAI). Afirmou que, em caso de dados pessoais, o correto seria tarjar a informação, e não omitir sem identificação do que fora omitido, conforme entendimento da CGU e do TCU sobre a publicidade de fichas funcionais.

Resposta do órgão requerido

O CEX concedeu acesso parcial, fornecendo um "EXTRATO DE INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVO FUNCIONAIS", contendo dados de identificação, cursos militares, cargos/funções exercidas, promoções e referências elogiosas/condecorações. Alegou que outras informações seriam de natureza pessoal e/ou potencialmente prejudiciais à segurança da sociedade e do Estado, nos termos dos arts. 23 e 31 da LAI e arts. 55 a 62 do Decreto nº 7.724/2012, razão pela qual teria entregue o extrato e não o documento original com tarjas.

Recurso em 1ª instância

A Requerente interpôs recurso, reiterando que o CEX aplicou indevidamente o art. 31 da LAI, pois informações de agentes públicos em serviço são públicas. Reforçou que o art. 58, III do Decreto 7724/2012 prevê o tarjamento parcial, não a extração. Questionou a impossibilidade de verificar a integralidade das informações em um extrato e citou novamente os entendimentos da CGU e do TCU pela integralidade das fichas funcionais.

Resposta do órgão ao recurso em 1ª instância

O CEX indeferiu o recurso, ratificando a resposta inicial, alegando estar respaldado pelo Parecer nº 4009 de 23/11/2015 da CGU, que permitiria o extrato contendo apenas informações da função pública do militar, excluindo as de cunho privado.

Recurso em 2ª instância

A Requerente reiterou os argumentos anteriores, adicionando que o extrato é uma fonte secundária de informação, violando o art. 7º, inciso IV da LAI, que garante acesso à fonte primária.

Resposta do órgão ao recurso em 2ª instância

A 2ª instância indeferiu o recurso, ratificando as decisões anteriores. Alegou não haver negativa de acesso, uma vez que o extrato foi fornecido. Citou o Parecer CGU nº 4069, de 25/11/2015, que consideraria inviável o acesso à integralidade das folhas de alterações, e o Parecer CGU nº 1520/2024, que reitera que extratos funcionais não configuram negativa de acesso.

Recurso à Controladoria-Geral da União (CGU)

A Requerente apelou à CGU, insistindo na disponibilização da ficha funcional na íntegra, com tarjamento de dados sensíveis e indicação do que foi omitido. Adicionalmente, solicitou que a CGU alterasse seu entendimento, passando a orientar a disponibilização do inteiro teor digitalizado das fichas funcionais com tarjamentos claros de dados realmente pessoais, mantendo visíveis sanções, por serem públicas.

Análise da CGU

A CGU considerou que não foi identificada "circunstância de negativa de acesso à informação", requisito de admissibilidade disposto no art. 16, inciso I, da LAI. Adicionalmente, considerou que parte da demanda apresentada à CGU não constituía pedido de acesso à informação nos termos do art. 4º e art. 7º da LAI.

Decisão da CGU

A CGU decidiu pelo "não conhecimento" do recurso.

Recurso à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI)

Em seu recurso, reiterou os argumentos e pedido anteriormente expostos. Apontou que *“o Comando do Exército, sob a chancela da CGU, criou uma regra informal de extrair — de forma não transparente — algumas informações de fichas funcionais e criar um segundo documento, enviado como resposta a pedidos de acesso à informação que demandam os referidos documentos”*.

Ressaltou que não foi aventada a possibilidade de tarjar as partes com informações sensíveis, com o fornecimento do documento solicitado, tampouco foi informado o que foi retirado do extrato e a motivação. Argumentou que o extrato enviado é uma fonte secundária de informação que apresenta uma seleção das informações da ficha funcional, excluindo-se, especialmente, as sanções aplicadas ao servidor militar, dados esses que não constituem informações pessoais quando se referem a agentes públicos. Acrescentou que não é possível aferir exatamente as informações suprimidas na “seleção” de dados constante do extrato e que a CGU e o CEX teriam promovido a criação de uma regra informal que impõe limites *contra legem* ao acesso à informação.

Admissibilidade do recurso à CMRI

Recurso não conhecido. Inicialmente cumpre registrar que foram analisados conjuntamente 27 recursos de NUP 60143.000237/2025-54, 60143.000240/2025-78, 60143.000246/2025-45, 60143.000238/2025-07, 60143.000239/2025-43, 60143.000242/2025-67, 60143.000241/2025-12, 60143.000243/2025-10, 60143.000247/2025-90, 60110.000184/2025-59, 60143.000248/2025-34, 60143.000262/2025-38, 60143.000261/2025-93, 60143.000263/2025-82, 60143.000260/2025-49, 60143.000249/2025-89, 60143.000259/2025-14, 60143.000258/2025-70, 60143.000256/2025-81, 60143.000250/2025-11, 60143.000251/2025-58, 60143.000253/2025-47, 60143.000254/2025-91, 60143.000255/2025-36, 60143.001764/2025-86, 60143.001763/2025-31 e 60143.001765/2025-21, em virtude dos recursos terem conteúdo semelhantes/idênticos, serem do mesmo requerente e direcionados para o mesmo órgão, observando-se os princípios da segurança jurídica e da eficiência estabelecidos no art. 2º da Lei 9.784/1999. Partindo-se para a análise, conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade e regularidade formal. Todavia o requisito de cabimento não foi atendido, já que não se identificou negativa de acesso e, por parte dos recursos terem teor de demanda de ouvidoria do tipo solicitação de providência que não estão inseridas no escopo da LAI, devendo ser tratadas nos termos da Lei nº 13.460/2017. Assim, cumpre registrar que recursos semelhantes foram objeto de deliberação pela CMRI no âmbito dos precedentes de NUP 60143.004255/2024-24, 60143.004257/2024-13, 60143.004258/2024-68, 60143.004259/2024-11 ([Decisões CMRI nº 116 à 119, todas de 2025](#)). Na ocasião, a CMRI entendeu que o fornecimento de extrato está respaldado na LAI, em seu artigo 7º, § 2º, dispõe “Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo”, não sendo considerado, portanto, que houve negativa de acesso. Ainda sobre o objeto de acesso, identificou-se recentemente que, no âmbito dos pedidos de acesso de NUP 60143.001711/2025-65; 60143.001260/2025-66; 60143.001261/2025-19; 60143.001262/2025-55; 60143.001263/2025-08; 60143.001264/2025-44; 60143.001601/2025-01; 60143.002695/2025-28; e 60143.002696/2025-72, a Controladoria-Geral da União, em terceira instância recursal, deliberou pela concessão de “acesso às folhas de alterações dos militares [...] com a aplicação de tarjamentos pontuais, em face das informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem, que são de acesso restrito nos termos do art. 31, § 1º, I da mesma lei. Eventuais menções a procedimento de apuração de transgressão disciplinar e a sanções também deverão ser fornecidas com fundamento no art. 7º, inciso II, art. 21, e 31, § 4º, da Lei nº 12.527/2011.” Em análise ao PARECER Nº 743/2025/CGRAI/DIRAI/SNAI/CGU com a referida concessão, identificou-se que o deferimento se respaldou no fato de haver comprovada violação de direitos humanos pelos militares objeto dos pedidos. Nesse sentido, cabe destacar o item 34 do referido Parecer da CGU:

“Frisa-se que o presente parecer não pretende revogar o entendimento estabelecido entre a CGU e o Ministério da Defesa, que foi exposto no processo 60502.000181/2015-30 e em outros recursos que tratavam do direito de acesso aos assentamentos funcionais de militares. A presente análise é aplicável à excepcionalidade que permeia os casos concretos, com amparo no art. 21 da LAI, bem como revela pedido direcionado à recuperação de fatos históricos de maior relevância, nos moldes do art. 31, § 4º, do mesmo diploma legal.”

Diante do exposto, considerando que não resta figurado violação de direito humano praticado pelos militares citados nos recursos ora em análise, corrobora-se o entendimento exarado pela CGU e decide-se pela manutenção do entendimento de terceira instância, bem como dos precedentes julgados por esta Comissão quanto ao não conhecimento dos 27 recursos, tendo em vista que as informações que não estão restritas nos termos dos artigos 31 e 23 da Lei nº 12.527/2011 (fatos relacionados às atividades e à vida pessoal do militar) foram disponibilizadas à Requerente.

Decisão da CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade, decide pelo deferimento do recurso A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos da Ata da 148ª Reunião Ordinária, por unanimidade, não conhece dos recursos, por não ter sido identificado negativa de acesso, nos termos do art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, c/c os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, já que as informações não restritas foram disponibilizadas por extrato conforme prevê o art. 7º, § 2º, da Lei nº 12.527/2011. Ademais, parte dos recursos tem teor de demanda de ouvidoria, do tipo solicitação de providências, que não estão inseridos no escopo dos arts. 4º e 7º da Lei nº 12.527/2011.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 25/09/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA, Usuário Externo**, em 26/09/2025, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Barbuda Fernandes Chaves, Usuário Externo**, em 26/09/2025, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eveline Martins Brito, Usuário Externo**, em 29/09/2025, às 12:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA registrado(a) civilmente como RONALDO, Usuário Externo**, em 13/10/2025, às 06:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6961338** e o código CRC **196522D0** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0